EMBORNAL
Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

Questões do território Tremembé em Itarema – Ce (1977-1997)

ISSUES OF THE TREMEMBÉ TERRITORY IN ITAREMA-CE (1977-1997)

Nicole Santana de Freitas[1]

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza[2]

RESUMO: O presente artigo visa matéria-prima dos produtos exportados pela empresa. Tendo em vista a situação historiográfica dos povos nativos do Brasil e os processos de apagamentos e subalternização histórica, a pesquisa consiste em utilizar-se das metodologias da História Indígena na argumentação e na utilização de registros orais dos próprios Tremembé em torno de sua história. Assim, promovendo uma narrativa e um uso de fontes que divergem do tradicionalismo, problematizando a visão dos invadidos sobre suas realidades históricas embasadas nas suas experiências coletivas registradas.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas Tremembé. Território. Invasão.

ABSTRACT: This article aims to analyze the perspectives of the Tremembé indigenous community in the municipality of Itarema-Ce regarding the invasion of the company Ducoco Agricola in part of their territory intended for planting coconuts, the raw material for products exported by the company. Bearing in mind the historiographical situation of the native peoples of Brazil and the processes of erasure and historical subalternization, the research consists of using the methodologies of Indigenous History in the argumentation and the use of oral records from the Tremembé themselves around their history. Thus promoting a narrative and the use of sources that diverge from traditionalism, problematizing the invaded people's view of their historical realities based on their recorded collective experiences.

KEYWORDS: Tremembé indigenous people. Territory. Invasion.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso de História/Licenciatura da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em andamento, intitulado de: *"Queria o que os antigos diziam que era deles, a terra": Disputa dos*

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduanda em História/Licenciatura. E-mail: nicolesantanafreitasmundah@gmail.com. Contato: (88) 9.97159122.
[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutor em História. E-mail: raisouza2013@hotmail.com. Contato: (88)9.97798686.

Tremembé da Mata contra o Agronegócio (1977-1997), previamente apresentado no formato de Simpósio Temático de História Social, durante o VIII Seminário PET[3], do curso de História/Licenciatura da UVA durante o semestre de 2023.1. A pesquisa em construção é orientada pelo professor Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). De modo a tratar das questões em torno da disputa territorial dos Tremembé de Itarema, localizados no litoral oeste do estado do Ceará, à margem do rio Aracati- Mirim e do Oceano Atlântico.

A luta dos povos indígenas do Brasil por seus territórios são temáticas diretamente relacionadas. Contudo, cada comunidade tem suas particularidades e suas lutas se pluralizam conforme suas histórias. Assim, compreender as circunstâncias da invasão do território indígena Tremembé pela empresa Ducoco[4], de modo particular, é de suma relevância para as reflexões acerca da história dos povos indígenas e suas lutas. Principalmente quando pautas como a Lei 490, mais conhecida como a Lei do Marco Temporal, é tão debatida na atual sociedade brasileira, uma vez que visa o direito atrelado às terras só para os que estavam em ocupação a partir da Constituição de 88[5], o que prejudicaria diversas comunidades indígenas que travam disputas anteriores, como o caso dos Tremembé.

Entretanto, a historiografia tradicional do Brasil se formula com base nos viés coloniais e através das perspectivas coloniais e construiu narrativas coloniais. Com isto, o primeiro tópico fará uma breve análise historiográfica visando abordar as perspectivas da narrativa histórica dita "velha", ou seja, antes do século XX, e uma dita "nova" historiografia que vem sendo produzida, buscando uma História Indígena. Assim, compreendendo as maneiras de se visualizar o "índio" no passado brasileiro conforme

---

[3]O Seminário PET é o evento mais significativo organizado pelos bolsistas do programa PET/História da UVA. Em sua oitava realização no ano de 2023, tratou do tema "Cultura (Dita) Popular: Resíduos do Existir, do Resistir e do Insistir".

[4]Empresa de derivados do *Cocos nucifera*, popularmente conhecido como coco-da-bahia tem uma instalação em Itarema-CE, onde está em maior parte situada em território indígena, local que acomoda o cultivo da matéria prima para a produção comerciável dos produtos que acontece em Itapipoca-CE, sendo eles: leite de coco, óleo de coco, coco ralado, água de coco e bebida vegetal a base de coco. Em maioria, são produtos exportados, principalmente para os Estados Unidos. Saber mais em:https://ducoco.com.br/historia.

[5]Saber mais: :https://www.camara.leg.br/noticias/1009716-nova-lei-sobre-terras-indigenas-e-sancionada-com-veto-ao-marco-temporal/.

as “tendências” de escrita de história, além de demonstrar os estudos e possibilidades de pesquisar os povos indígenas, considerando perspectivas de protagonismo ao utilizar novas leituras das fontes tradicionais e integrar fontes diversas como a História Oral e as documentações produzidas por indígenas. Com estas proposições, o artigo se consistiu em cruzar fontes ditas tradicionais com fontes baseadas em registros orais retirados das obras Tremembé: Ana Cristina Cabral no livro *História dos Tremembé: memória dos próprios índios (2014)* e *Luta e Resistência dos Tremembés da Mata pelo seu Território (2014)*, de Marcia Matias, Maria Ivonete dos Santos e Raimundo Felix. Além das entrevistas retiradas do livro: T*ensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio (2016)* realizadas pela geógrafa Tereza Vasconcelos.

Ao estabelecer as problemáticas que permeiam a escrita da história dos povos nativos do Brasil e os impasses da colonialidade neste percurso, podemos adentrar na relação dos Tremembé com a terra. Para a pesquisa, há uma preocupação em situar como esse povo se relacionava com o espaço em questão desde suas práticas antes da invasão europeia, durante o período colonial, imperial e as nuances que geriram a terra até o momento da invasão da empresa. Assim, o leitor pode notar as relações de pertencimento dos Tremembé com o território, seja na fase de migração, aldeamento, vila ou municipalização, sendo indiscutível que há vínculos da comunidade com aquele determinado espaço sócio-cultural. Deste modo, proporcionando através das fontes a visualização dessas conexões.

Após promover as discussões em torno do pertencimento dos Tremembé com a terra, adentramos em discutir de fato a invasão. Contudo, preocupando-se em contextualizar as iniciativas estatais de incentivo ao agronegócio no período, que consequentemente impactam na consolidação da Ducoco no território. Conforme essa compreensão se estabelece, passamos a analisar o momento da invasão conforme os relatos orais, e consequentemente os prejuízos que ela proporcionou aos Tremembé, principalmente quando diz respeito às questões de sustento, sem a terra, sem alimento, e com isto a principal dificuldade enfrentada.

Logo, o artigo se orienta em uma etapa vinculada à terra, não contemplando as implicações de suma relevância em torno das ações de luta e resistência dos Tremembé,

sendo um objeto para outra proposição que é contemplada durante o segundo capítulo do TCC em construção.

2 POR UMA HISTÓRIA INDÍGENA

Pensar a História do Brasil está diretamente relacionado às reflexões em meio às realidades de um país colonizado. A conformidade de um processo tão complexo em um espaço geográfico implica diretamente nas narrativas do seu passado. Essas atribuições se complementam ao analisarmos um momento crucial da construção histórica do Brasil, quando na busca por uma identidade brasileira funda-se o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB). A historiadora brasileira Maria Regina Celestino de Almeida nos alerta sobre as intenções do instituto de promover a memória em comum dos povos e orgulhar-se dos heróis nacionais, onde os índios se encaixam no que ela chama de "lugar especial", o passado.[6] Condenados à nostalgia, as permanências indígenas sofrem nesse momento um processo de contestação de sua legitimidade, onde os processos de mestiçagem são argumentos para a inexistência de "índios puros", consequentemente: não há índios, não há história indígena.

Estas implicações do IHGB promoveram uma espécie de "história dos índios" iniciada na colonização, fundamentada com documentos coloniais e por historiadores que seguem esse tradicionalismo. Fatores como estes condicionam os povos nativos a visões historiográficas estereotipadas e desclassificatórias e ainda os levaram ao apagamento histórico. Tendo em mente as reflexões de Almeida, este momento histórico não visava legitimar o indígena como os povos nativos daquela região explorada, mas transformá-los em súditos do imperador, em "brasileiros". A autora considera esse processo como "assimilacionismo", onde os povos indígenas que sofreram os processos diversos de modificações culturais são condicionados a se associarem à massa populacional.[7]

---

[6]ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

[7]Ibidem.

Pensar essas conjunturas da história dos povos originários nos permite visualizar as nuances das consequências de uma história ditada pelos moldes coloniais. As desvinculações e homogeneizações os excluíram. Porém, as novas formas de pensar a História mudaram este paradigma. É quando no século XX, através da Revista dos Annales, historiadores franceses constroem um movimento historiográfico, a "Nova História" ou a história da Escola dos Annales abrindo portas para novos temas, novas propostas, novas fontes. No mesmo período surge nos Estados Unidos a revista *Ethnohistory*, que resulta no conceito de Etno-História. Embora este campo teórico não seja exatamente concreto, a historiadora Maria Cristina dos Santos nos leva a entender que se trata de pesquisas e pesquisadores que se detém a estudar as populações indígenas. Para ela, este campo "dar conta das variações dos processos de contato entre o mundo europeu e o nativo, com claro propósito de salvaguardar os direitos, sobretudo territoriais, dos povos originários"[8]

Ainda conforme as reflexões de Santos, no Brasil, a década de 80, com a promulgação da constituição cidadã de 1988, mais especificamente o artigo 231, gera repercussões da temática, pois segundo ele: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."[9] Este momento de concessão de direitos dos povos indígenas é graças às lutas e resistências das comunidades faz com que pesquisas que englobam esta temática passam a ganhar espaços em diversos campos, como na História, Antropologia, Geografia etc. Contudo, é com a obra "cânone" da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios do Brasil (1992)*, uma reunião de artigos de historiadores, sociólogos, antropólogos, arqueólogos etc. Desde então, a pesquisa a respeito dos povos indígenas como sujeitos históricos e produtores de sua História assumem maior proporção.[10]

---

[8]SANTOS, Maria Cristina dos. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. **Revista de História da Unisinos**, 2017, p. 339.
[9]BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=231#:~:text=231.,respeitar%20todos%20os%20seus%20bens. Acesso em: 06, *out*, 2023.
[10]SANTOS, 2017.

É indispensável reconhecer que a visibilidade dos movimentos sociais indígenas na década de 70 e 80 corroboram diretamente para chamar atenção para suas narrativas e para a conquista dos direitos na legislação. De acordo com Regina Almeida, "os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus direitos"[11]. A declaração da autora permite pensar que no curso da história os nativos incorporam as institucionalizações brancas como forma de resistência para garantir seus direitos na sociedade.

É nesse sentido que as pesquisas da História Indígena se constroem. Conforme o historiador John Manuel Monteiro, um dos principais pesquisadores dos nativos que dialoga com essas metodologias, nos mostra que cabe às novas gerações de pesquisadores fazer reanálises dessa historiografia e construir novas narrativas, como expresso a seguir, eis um dos papéis do historiador:

> Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes — que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão européia —, não apenas resgatar mais esses "esquecidos" da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa — fracassada — de erradicar os índios.[12]

Desse modo, pode-se assimilar que as metodologias de pesquisa da Etno-História, ou da História dos Indígenas (como melhor se aplica no Brasil) é de suma importância para compreendermos os povos invadidos, explorados, subalternizados e silenciados enquanto gritavam. Agora, as novas formas de estudá-los possibilitam visualizar essas atrocidades, suas lutas, resistências e permanências ao longo dos séculos e a ressonância de suas vozes.

3 TREMEMBÉ: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E TERRITORIAL

---

[11]ALMEIDA, 2010, p. 20.

[12]MONTEIRO, John Manuel. **O Desafio da História Indigena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI. Luís Dinisete Benzi. A Temática Indigena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 223.

> O nome "Tremembé" nasceu da orige de Almofala por conta da luta, a grande luta, que eles chamaro nativo. O povo nativo deste litoral cearense, do rio Gurupi, no Maranhão ao Rio Grande do Norte, a história nasce daí. Aí a história... O nome "Tremembé" mesmo foi o povo de Almofala, que de primeiro o povo de Almofala, por conta da... eles foi... eles ficaro traumatizado. Eles ficaro muito violento por conta da colonização, porque morreu muita gente.[13]

Seu Luiz Caboclo, pajé dos Tremembé, conversou sobre as origens da comunidade com Ana Cristina Cabral (também indígena tremembé) para a produção do livro *História dos Tremembé: memória dos próprios índios (2014)*. O registro oral nos permite refletir em torno da dita originalidade tremembé. Conforme as declarações de Thomaz Pompeu para a *Revista do Instituto Histórico do Ceará (1951)*, podemos reafirmar as informações do Pajé:

> Das narração deduz-se que houve conflito entre os espanhóis e os índios e que estes não se deixaram aprisionar. [...] Esse turvo olhar e a surpreendente reação dos nativos do Ceará e do Maranhão indicam que tratava do mesmo tipo étnico, o qual constratava singularmente com o que fora encontrado mais adiante, em Santa Maria de la Mar Dulce.(boca do rio Amazonas). Alí, achou Pinzon gente confiada e sociável, conseguindo os espanhóis aprisionar e conduzir como escravos um certo número de indígenas. **Os habitantes das costas do Ceará e Maranhão, que não se deixavam colher, e lutaram valentemente, eram *Tremembés*** [14](Grifos meus)

Assim, podemos destacar em ambas as fontes uma narrativa que confirma que o povo tremembé se localizava no litoral do Ceará, próximos ao rio Aracati-Mirim e no Maranhão, onde eram reconhecidos pela "valentia" contra os colonizadores. O que podemos entender nessas duas proposições que se complementam é: houve uma violência forçada, uma verdadeira luta por sobrevivência e contra a invasão colonial naquela região e os indígenas desde então ocupavam estas regiões.

A então Almofala passa por um momento de institucionalização colonial, quando há uma espécie de cercamento dos povos indígenas Tremembé no sistema de aldeamento, no caso organizado pelo Padre Borges de Novais. Segundo a historiadora Isabele Peixoto Silva, o sistema de aldeamento era uma forma de controle espacial que

---

[13]CABRAL, Ana Cristina. **História dos Tremembé**: memórias dos próprios índios.Org: José Mendes Fonteles Filho.Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, p.14.
[14]POMPEU SOBRINHO, THOMAZ. Índios Tremembés. **Revista do Instituto do Ceará**,v 65. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1951, p. 259.

servia para agrupá-los conforme pudessem controlá-los ao mesmo tempo que deslegitimam os modelos de organização próprios dos nativos, onde os líderes religiosos (em maioria os jesuítas, mas não se aplica ao caso dos tremembé), são as figuras reguladoras e cuidadoras desses agrupamentos que os animalizam.[15]

Segundo o *Dicionário Histórico Geográfico do Ceará (1964)*, em 1697 a coroa portuguesa doou, através da carta régia de 8 de janeiro, solicitando ao governador do Maranhão, quantas sesmarias fossem necessárias aos Tremembé de Almofala. Ainda conforme o dicionário, há uma alegação de que um jesuíta chamado Assenso Gago, havia recomendado o aldeamento graças a dispersão dos Tremembé pela costa litorânea.[16] Esta colocação dialoga, novamente, com a declaração do Pajé, ainda na mesma entrevista, quando declara o caráter migratório dos seus antepassados:

> Eles subio caçando, pescando, subio colhendo. E descio pra baixo nessa mesma atividade. Nessa época, eles ficavo numa região, passavo os tempo colhendo. Quando passava a época da fruta, eles migravo pra outra região, a pé. Quando passava a safra do peixe, eles migravo para outra região e assim io. Quando vem a colonização, eles tavo tudo espaiado. Quando eles chegaro, a colonização chegou, pronto, prendeu todo mundo. Ninguém vai mais pra nenhum canto, tumaro de conta das terra, uma parte ficou no Maranhão, outra parte ficô... aonde tava um grupo, lá ficavo.[17]

Após essa consolidação enquanto aldeia, a “Almofala dos Tremembé” consolidou seu território em volta da missão religiosa. Durante o Diretório Pombalino, as aldeias passaram a ser consideradas Vilas, de acordo com Silva, a ideia era tornar os índios verdadeiros “vassalos” da corte e pagadores de impostos.[18] Conforme alega o antropólogo Carlos do Valle, as mais conhecidas eram: “Viçosa Real (antiga Ibiapaba), Soure (antiga Caucaia), Arronches (antiga Parangaba), Mecejana (antiga Paupina), Monte-mór-Novo (Baturité) e Almofala (antiga missão do Aracati-mirim).”[19]

---

[15] SILVA, IZABELLE BRAZ PEIXOTO. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino, 2003, p. 77.
[16] BRAGA, Renato. **Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária,1964, p:80.
[17] CABRAL, 2014, p.14.
[18] SILVA, op.cit.
[19] VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. **Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX**: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza, 2009.

Contudo, conforme o *Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará*, Almofala não chegou a ser institucionalizada como vila, apenas mudou sua nomenclatura, no intuito de se desassociar de um nome indígena, passando de N. S da Conceição dos Tremembé para N.S da Conceição de Almofala, simbolizada pela igreja barroca tão popular atualmente, tombada pelo IPHAN na década de 80[20].

Sendo assim, a próxima legislação que afetou diretamente o território indígena é a Lei de Terras de 1850, durante o governo de Pedro II. Segundo Valle, o cumprimento da lei no Ceará se deu pela necessidade de mão de obra indígena pela baixa de escravos, uma vez que haveria uma correlação étnica que o índio seria agora "cearense" (o que se aplica ao território brasileiro como todo), justificados pela ideia de não haver mais índios puros graças o processo de miscigenação, com isto, não haveria mais índios. Ao afunilar a situação para Almofala, Valle demonstra as reivindicações dos Tremembés pela medição das terras, registradas em 1874 pelo engenheiro Justa Araújo, e transmite a ideia de posse:[21]

> Inteirado do que expõe o subdelegado de polícia do distrito de **Almofala, na representação que, acerca de terras possuídas naquele Districto pelos índios da tribo 'Tremembé'**, dirigiu a essa presidência em data de 5 de março do corrente anno, e que V.Exa. me transmitiu, por cópia, com o seu Offi -cio de 27 de julho, recomendo a V.Exa que, em relação às ditas terras, e para pôr termo à instrução de particulares, allegra na sobredita representação, mande aplicar a providência constante do meu aviso de 20 de maio último, relativo ao extincto aldeamento do termo de Baturité, incumbido do trabalho da discriminação das terras o engenheiro Antonio Gonçalves Justa Araújo (30/09/1874; PORTO ALEGRE, 1994, p.73)[22].(Grifos meus)

Conforme as contribuições do memorialista Nicodemos Araújo em sua obra *Município de Acaraú: notas para sua história (2005)*, podemos notar que o território Tremembé se vincula a municipalização. Segundo a lei provincial de 1851 sancionada por Joaquim Marcos de Almeida Rêgo, criou-se o município de Acaraú em 11 de março, sendo Almofala, considerada pelo autor, o primeiro povoado do município, como expressa: "Começo, portanto, afirmando que a densidade do povoamento das terras

[20]A igreja foi construída entre 1709 e 1712 pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Almofala. Soterrada por dunas móveis em 1879 e descoberta na década de 40. Restaurada em 1983 pelo IPHAN e consequentemente tombada. Saber mais em: https://hpip.org/pt/heritage/details/1021.
[21]VALLE, 2009.
[22]Relato do engenheiro Justa Araújo, 1994, p.73 apud ibidem, p. 140-141.

acarauenses se iniciou de sua extrema oriental para a ocidental, sendo ALMOFALA o seu primeiro povoado, sede de freguesia e da aldeia dos TREMEMBÉS."[23]

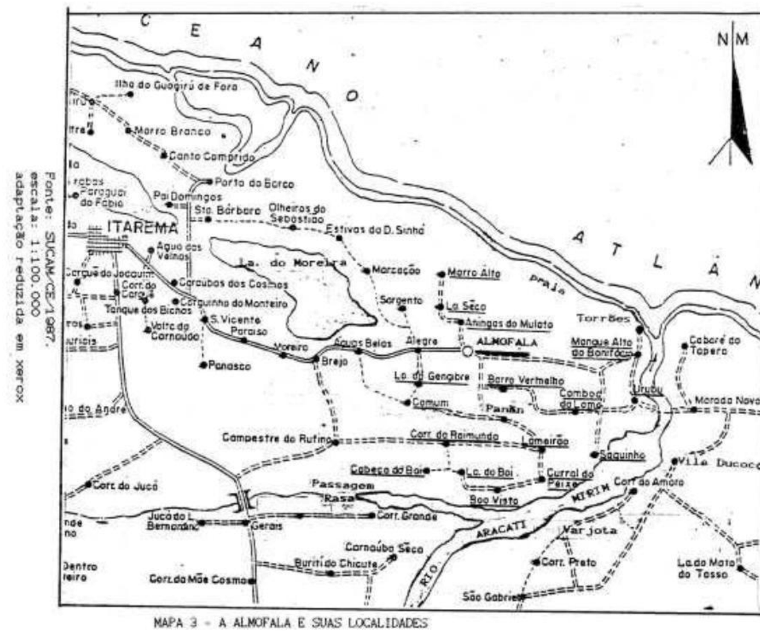
Ainda conforme Araújo aponta, a câmara divide inicialmente o território entre sede e Almofala. Contudo, em 1890, o governante do estado Luiz Antônio Ferraz criou o distrito de Tanque do Meio, que mudou de nome em 1936 para Itarema, desde então Almofala deixa de ser distrito de Acaraú e passa ser vinculada ao território itaremense, mesmo antes da emancipação. Em 1963, conforme a Lei N. 6.809, Itarema é desmembrada de Acaraú. Contudo, em 65 o governador Joaquim Figuerêdo Correia revoga a ação e Itarema retorna a ser distrito. Em 1969, sob a Lei N. 451, é convertida em vila.[24]Apenas em fevereiro de 1985, Itarema se emancipa de Acaraú, levando consigo as terras dos Tremembé, cuja Almofala passa a ser um de seus três distritos.

Contudo, a organização dos Tremembé não segue apenas os moldes externos de organização. Dentro da comunidade há uma subdivisão dos espaços. Cortados pelo Rio Aracati-Mirim, os Tremembés da praia se encontram à esquerda e os da mata à direita, estas são as nomenclaturas de sua organização própria: da mata (Varjota e região) e da praia (Almofala e região), como podemos ver no mapa da figura 1 há a divisão pelo rio.

Os Tremembés da Mata são os alvos da pesquisa, pois a localização comporta a "Taperinha", termo que aloca as localidades de Varjota, Amaro e Córrego Preto, é o território invadido pelo agronegócio como expresso no mapa da figura 2 na legenda indicando "imóvel rural" em sobreposição a indicação "terra indígena".

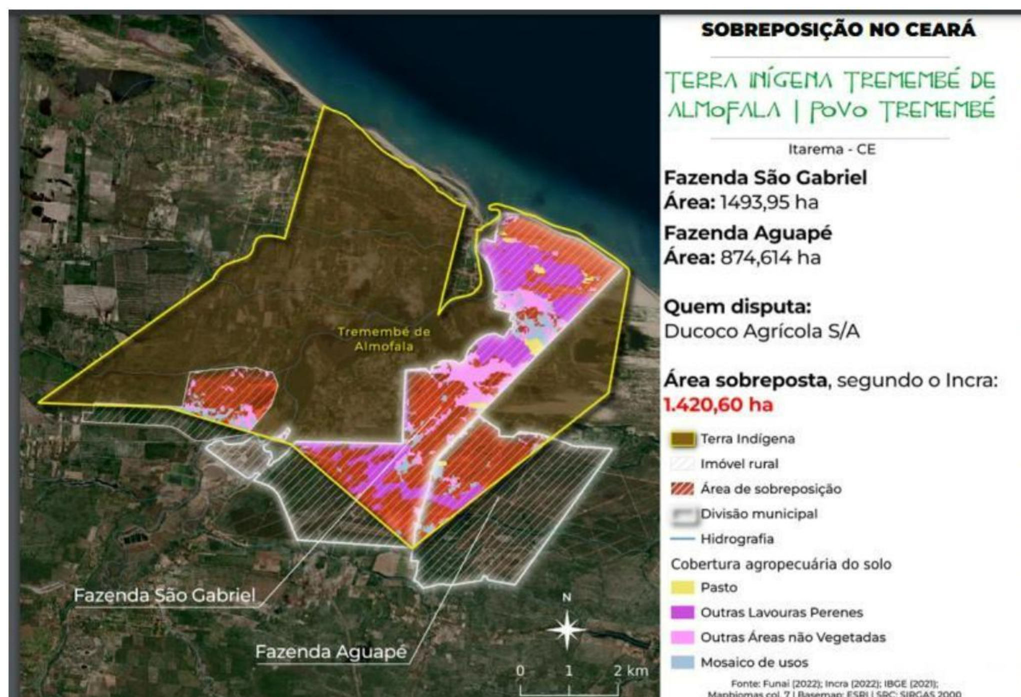
Figura 1 – Mapa do território indígena Tremembé de Itarema

[23]ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Acaraú**: notas para sua história. 2005.
[24] Ibidem.



Fonte: SUCAM/CE, 1987[25]

Figura 2: Mapa do território Tremembé ocupado pela DUCOCO



[25]Mapa da SUCAM do território em torno do rio Aracati-mirim apud VALLE, Carlos Guilherme do. **Terra Tradição e Etnicidade**. Rio de Janeiro: (dissertação de mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1993, p. 31.

FONTE: FUNAI [26]

Antes de tudo é indispensável o esclarecimento do conceito de território para compreendermos a situação da comunidade. De acordo com o geógrafo Rogério Haesbaert, o termo etimologicamente se relaciona com "terror", assim se conecta com o sentido da imposição de um grupo sob outro, ligando-se diretamente as invasões, apropriações e relações de poder, como define: "Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação".[27]

Ao pensar sobre a mesma temática, a geografia Tereza Vasconcelos, em seu livro *Tensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio (2016)*, reflete num sentido semelhante quando diz que a "formação socioespacial e ao inerente enlaçamento das conflitualidades e dos conflitos, intencionalidades e tensões que se desvelam e se revelam no espaço geográfico, numa dialética territorial."[28] Assim, levando a interpretação, pode-se concluir que o conceito de território está relacionado com um espaço geográfico de conflitos.

Levando em conta as definições dos autores, podemos compreender que os tremembés ocupam um espaço geográfico tensionado, portanto, lutam pelo seu território contra um sistema de dominação, no caso capitalista, fomentado pelo agronegócio. Esta luta tem um gênesis na colonização e não se concentra apenas na região da mata, contudo a análise em questão é a respeito da invasão pela Ducoco na década de 70.

---

[26]Retirado de: CASTILHO, Alceu Luís et al. **Os Invasores**: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. De olho nos Ruralistas, 2023, p: 63. Disponível em:https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf. Acesso em: 23, *set*, 2023.
[27]HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004, p:2.
[28]VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Tensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio**. Fortaleza: ED UECE, 2016, p.30.

4 A INVASÃO E AS CONSEQUÊNCIAS

Antes de mais nada, devemos pensar a respeito dos incentivos que pairavam sobre o "agro" no Brasil na década de 60. De acordo com o sociólogo Renan Cabral, Juscelino Kubitschek, e sua política de industrialização, encontrava-se com o fardo de carregar a logo de "50 anos em 5". Ao mesmo tempo que realizava sua obra mais ambiciosa, a de Brasília, deparou-se com o problema da seca de 59 e as diversas cobranças pelo seu solucionamento. Assim, entra em cena Celso Furtado, ministro do planejamento orçamentário, que põe em prática o projeto da "indústria da seca"[29]

Em suas ações destacou-se a SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, projeto em que Furtado defende a industrialização do nordeste. Tais defesas se baseiam em três pilares: uso de tecnologias próprias, financiamento por setores privados e a união entre a técnica e a política social. Tais ideias são bem exemplificados no trecho onde Furtado esclarece seus objetivos com a SUDENE:

> O principal objetivo de uma política de desenvolvimento teria que ser, portanto fixar na região os capitais que lá se formam, pois êsses capitais se aplicam reprodutivamente, criando emprêgo permanente para a população. Limitar a promoção do desenvolvimento ao setor de obras públicas seria deixar de lado êsse importante fator dinâmico do processo de crescimento que é a ação empresarial.[30]

Com este primeiro momento de incentivo ao agronegócio, destaca-se ainda ações posteriores no estado do Ceará, de acordo com a geógrafa Tereza Vasconcelos o caráter ditatorial entre 70 e 80 da intensidade da interferência estatal. Contudo, destaca-se a década de 90 e as eleições do governador Tasso Jereissati e seus ideais mudancistas que priorizam e incentivam o ramo empresarial o qual pertence. Em sua pesquisa na obra *Tensões Territoriais e Territórios Tensionados pelo Agronegócio (2016)*, Vasconcelos destaca em uma de suas tabelas o programa empresarial do Jereissati, que situa a essa proposta de incentivo ao agronegócio e ainda a sua romantização:

> "Programa de Agroindústria: sendo a agroindústria responsável por uma maior aproximação entre o produtor rural e a industrialização, objetiva-se com este programa garantir um mercado para os produtos de origem

---

[29]CABRAL, Renan. 1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado–oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 8, p. 17-34, 2018.
[30]FURTADO, Celso. **A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE**. IN: A Defesa Nacional. São Paulo. Digesto Econômico. Ano XX, n.º 168, 1962, p: 9.

> agropecuária do Estado e ampliar as oportunidades de emprego, em particular no interior" (p. 120).[31]

Desse modo, podemos concluir que houve um processo de intensificação dos incentivos ao agronegócio no Nordeste que se constrói desde a década de 60 e se consolida na década de 90. É neste intervalo de tempo que em 1977 que a empresa DUCOCO invade o Território Tremembé e em 82 inaugura sua primeira fábrica em Itapipoca-ce. Essa consolidação acontece em duas fases, conforme Vasconcelos nos situa, a primeira sendo a invasão das terras e a segunda sendo a transformação de produtos comerciáveis.[32]

Conforme força sua introdução no território se utiliza de discursos falaciosos e inescrupulosos para com a comunidade Tremembé. De acordo com os relatos orais retirados do livro *Luta e Resistência dos Tremembés da Mata pelo seu Território (2014)*, idealizado pelos indígenas Tremembé Marcia Matias, Maria Ivonete dos Santos e Raimundo Jacinto, podemos observar essas promessas vazias: "Eles chegaram prometendo casa para os moradores, terras para trabalhar; quem tivesse um jumentinho, podia vender que eles iam dar trator para ajudar nos trabalhos; que daria escolas para os filhos e até hospital (TIO TRIVAL, liderança da Tapera, 18/07/2012)".[33]

Ainda de acordo com a obra, quando a comunidade percebe que as propostas não passam de falácias, começa um embate devido às resistências indígenas. Algumas pessoas se mudam para localidades próximas, pois suas casas e terras são cercadas e os tratores e os rifles os ameaçam, as plantações são destruídas. A situação é ainda mais difícil após o primeiro "não". Na busca de socorro os Tremembé vão pedir ajuda a eminente figura de Padre Aristides Andrade Sales[34], que os desencorajam logo de cara com o discurso que a terra foi comprada. Tal informação se sustenta com a ideia que a empresa pagou pela terra, é o principal argumento do lado dos empresários. Contudo, não foi bem assim. De acordo com o mesmo livro, houve a compra de duas fazendas:

---

[31]CEARÁ. Governo do Estado. Plano de Mudanças: 1987/1991. Fortaleza: [s.n.], 1988. Apud. VASCONCELOS, 2016, p:156.
[32]VASCONCELOS, 2016.
[33]MATIAS; SANTOS; JACINTOS, 2014, p.21.
[34]Padre Aristides (1921-1999), como é comumente chamado, foi o padre mais considerável da região de Itarema, sendo reconhecido por suas aspirações políticas e religiosas. Saber mais: https://acarauprarecordar.blogspot.com/2011/02/padre-aristides-andrade-sales.html.

São Gabriel e Patos, vendidas por um homem não índio chamado Aquino, que havia comprado as terras herdadas por seus cunhados. Contudo, essas fazendas fazem fronteiras com a região invadida, que compõe Varjota e Tapera.[35] A situação torna-se cada vez mais precária com o desenrolar das ações da empresa. No livro de Vasconcelos há um relato oral do Sr. F.C.M.J indicado como morador de Varjota que descreve a sensação da invasão com sensibilidade:

> **Encurralados.Onde nóis mora, entre Tapera, Batedeira e Varjota. Tem a estrada na Varjota. Aí, aqui da estrada pra chegar na empresa do coco, nóis tem mais ou menos uns 3 km, nóis na Varjota. Aí, pra cá, num dá nem um quilômetro e dá no rio, pra cá, aí nóis vive aqui.** E na Tapera, na Tapera não tem nenhum passo. Se você der um passo, da sua porta pra cá, você ta dentro da empresa. Se você der um passo pra lá, você tá dentro do rio. Na Tapera é assim. **O arame da empresa do coco é nessa casa e essa casa é o pessoal da Tapera e no arame é a empresa e chegou ali na cozinha já é o rio, viu?** Dentro da casa da gente. Na verdade, a empresa do coco ela está dentro das casas na Batedeira e na Tapera. (Sr. F. C. M. J. do Território Indígena de Varjota, Itarema/CE. Por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembleia do Povo Tremembé)[36] (Grifos meus)

Consequentemente, sem as terras para as práticas agrícolas, os Tremembé são condicionados a trabalhar na empresa. Para eles há uma preocupação com a imagem que isto passa, pois há um receio de serem mal interpretados por conivência. Contudo, é de suma importância compreendermos que existe nesta situação aspectos circunstanciais que levam a esta adesão. Para o sociólogo Karl Marx havia dois tipos de indivíduos: uma elite que acumulou riquezas, detentora dos meios de produção e os trabalhadores que se deteriam na venda da sua força de trabalho para sustentar-se.[37] Podemos observar que, no contexto dos Tremembé, a empresa financiada seria dona dos meios de produção, no caso a terra usurpada e seus bens naturais, e os indígenas são condicionados a sujeitar-se pela necessidade de sobreviver, já que não são mais os donos da terra. Tais inquietações podem ser observadas no registro oral, também feito por Matias, Felix e Sousa:

> Os índios que estão trabalhando lá, por um lado, é muito ruim, porque dá a entender que nós estamos a favor da empresa; mas, por outro lado, a gente vê que é devido à precisão das famílias, devido à destruição que a Ducoco trouxe que foi muito grande, a falta de opção e por não ter pra onde ir. **Não**

35MATIAS; SANTOS; JACINTO, 2014, p.21.
36VASCONCELOS, 2016, p. 276.
37MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva de capital**. In: O capital: crítica da economia política [1867], Livro 1.São Paulo: BoiTempo, 2011.

> **é porque ela é boa, até porque o nosso povo trabalha como escravo pra ela. No meu ponto de vista, o emprego que a empresa dá ao nosso povo é comparado com esmola**. Hoje, até para a gente pescar nas lagoas que ficam dentro da empresa, **tivemos que fazer um acordo judicial para ela liberar a pesca**... **não temos mais direitos de fazer nossas caçadas**... (PAJÉ LUIZ CABOCLO).[38](Grifos meus)

No mesmo relato podemos observar outro ponto relevante, a situação trabalhista dos indígenas na empresa. Situados em um contexto de subalternidade, travando disputas jurídicas com a empresa e sem opções de trabalho, os Tremembé se veem em uma situação de aceitabilidade não só do trabalho na plantação, mas também das condições que lhes é imposta. Com isto, não só a sensação de salários não satisfatórios se expressam, mas a de não assumirem cargos mais "altos", como Tereza Vasconcelos registou em uma entrevista:

> São pião mesmo, né? A gente chama, né? Na linguagem popular. Não tem chefe de escritório, não tem feitor, gerente de turno. Não tem ninguém ocupando esses cargos lá, até pela escolaridade, né? Que eles fala. É, são pião, são vigia. Isso é pião pra correr atrás de trator e rebolar o coco dentro. (Sr. F. C. M. J. do Território Indígena de Varjota, Itarema/CE. Por Tereza Vasconcelos, em julho de 2013 em Itapipoca/CE por ocasião da V Assembleia do Povo Tremembé)[39]

Outra problemática abordada em *Luta e Resistência dos Tremembés da Mata pelo seu Território (2014)* gira em torno da migração. No momento em que a luta se torna cada vez menos rentável, as plantações estavam destruídas, os terrenos cercados, não podia caçar e pescar e a violência cada vez maior, a comunidade passa a se dispersar não só pelo município, mas também pelo estado, sendo o enfoque maior de destino a capital cearense, Fortaleza. A maioria das mulheres iam trabalhar "em casa de família", o trabalho doméstico neste caso nem sempre era remunerado, os homens se detiveram a prática pesqueira em outras regiões. Para os autores, a maior dificuldade (para além das finanças) de viver na cidade era a desvinculação étnica, uma vez que existe o discurso de não existir "índio" na cidade, além de não haver amparo legal de terras quando há um distanciamento delas, com isto o direito a terra não poderia ser garantido a eles na cidade, ou melhor, eles não poderiam reivindicar esse de direito lá.[40] O relato oral de Raimundo Louro aos autores ilustra esta dificuldade que levou a migração, além

---

[38]MATIAS; SANTOS; JACINTO, 2014, p. 48.
[39]VASCONCELOS, 2016, p. 278.
[40]MATIAS; SANTOS; JACINTO, op.cit, p.43.

de abordar o caso específico de sua filha, que saiu pela pressão e não se teve mais notícias:

> De dentro da nossa área da Varjota, por conta da invasão, saiu Zacarias Benvinda e Zacarias Ramos. Saíram com medo disso; do São Gabriel, saiu o Pedro Raimundo, também assombrado. Agora esse povo novo, mesmo os meus filhos saíram para trabalhar e depois levaram a família. O Zacarias Benvinda saiu com medo mesmo, que ele até uns pezinhos de coqueiro que ele tinha, deixou. A minha Maria saiu daqui em agosto de 1993. Nesse tempo, a luta estava pesada, a Ducoco estava pressionando de tal forma que nem podiamos dormir sossegados, pois nossa luta já tinha começado no ano de 1979. E desde esse tempo, nunca mais tivemos contato com ela, não sabemos se ela está viva ou morta, mas acho que ela está morta.[41]

Sem terra, sem roçado, sem salário digno e espalhados, os Tremembé travam uma verdadeira luta contra a empresa e resistem até os dias atuais. Tais temáticas de Luta e Resistência merecem uma pesquisa específica, graças a particularidades das suas vitórias e derrotas, processos e retrocessos que por isto não serão contemplados neste artigo em específico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, pensar as relações históricas dos povos indígenas é relacionar-se diretamente com suas raízes ligadas à terra. Os Tremembé lidam com as adversidades relacionadas ao seu território desde a invasão capitalista europeia e do agronegócio contemporâneo, podendo-se avaliar que as terras indígenas são alvos de disputas desde então graças as mentalidades enraizadas de colonialismo usurpador que regada de preconceito que sustenta as atrocidades acometidas com os povos tradicionais brasileiros.

Neste trabalho, podemos observar o recorte territorial Tremembé, conforme os períodos históricos até a invasão da empresa Ducoco, e com ela, suas drásticas consequências a qualidade de vida, cultura, espaço e trabalho. Assim, abrindo a possibilidade de um pensamento em torno da temática que dialoga com a própria comunidade Tremembé construindo uma versão histórica propriamente indígena.

[41]Ibidem, p.43.

Com isto, pode-se compreender as nuances em torno da invasão da Ducoco no território Tremembé de Itarema, a desenvoltura em torno deste processo e as principais consequências desestruturantes para a comunidade que envolve diversos fatores comprometedores a qualidade de vida e os direitos indígenas. Desse modo, proporcionando reflexões a partir dos relatos registrados pelos próprios indígenas, seguindo uma metodologia que os considera como sujeitos ativos de sua história.